



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



09 de agosto de 2006

Vol. 1 No. 15

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Suspensão da Rodada Doha recebe apoio do Conselho Geral	01
Força-Tarefa sobre Assistência ao Comércio apresenta relatório final	02
NOTÍCIAS REGIONAIS	
CEPAL divulga relatório sobre economia da América Latina e do Caribe	04
BREVES MULTILATERAIS	
Comunidades Europeias oferecem acordo à América Latina para evitar conflito no caso das bananas	05
Relatório da OMC sobre comércio internacional discute a questão dos subsídios	06
BREVES REGIONAIS	
EUA anunciam revisão do seu SGP	06
Avançam negociações entre Chile e Ásia	07
EVENTOS	
Fóruns Multilaterais	08
Fóruns Regionais	08
Outros Fóruns	08
INFORMAÇÕES ÚTEIS	09
FIQUE DE OLHO!	09

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Suspensão da Rodada Doha recebe apoio do Conselho Geral

Nos dias 27 e 28 de julho, o Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) recebeu a recomendação do Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, para suspender as negociações comerciais da Rodada Doha, em virtude das diferenças que continuam a existir entre os seus Membros. O órgão máximo de tomada de decisões da OMC, no entanto, não conduziu nenhuma votação formal para o congelamento das negociações; assim, para reiniciá-las, não será necessária uma decisão formal específica dos Membros.

Durante a reunião, Pascal Lamy declarou aos Membros que está disposto a fazer tudo que estiver ao seu alcance, para "manter a pressão necessária sobre o movimento político para permitir a retomada das negociações." Enfatizou, contudo, que tal movimento exigiria que os Membros realizassem "mudanças nas posições mantidas tão firmemente." Pascal Lamy ressaltou que recentes conversações o haviam convencido de que "ninguém estaria disposto a ceder" nas negociações. Comunicados à imprensa dos Estados Unidos da América (EUA) e da Índia sugerem que ele permaneceu em contato com os governos desde o colapso nas conversações.

O Diretor Geral da OMC descreveu que, durante um encontro informal com os Chefes de Delegação dos Membros, no dia 24 de julho, foi aceita sua recomendação para o congelamento das negociações. Tal reunião ocorreu um dia após os Ministros de Comunidades Europeias (CE), EUA, Austrália, Brasil, Índia e Japão (grupo conhecido como G-6) não terem conseguido, mais uma vez, chegar a um acordo sobre os cortes de subsídios agrícolas e de tarifas. Tal acordo teria sido necessário, para que os Membros finalizassem um pacote de textos jurídicos associados à Rodada Doha, a tempo para que a administração Bush os submetesse, para serem aprovados como um pacote único, à apreciação do Congresso dos EUA, antes do término do mandato de promoção comercial

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

(TPA, sigla em inglês), o que deve ocorrer em julho de 2007.

Votação formal não será necessária para retomada das conversações

Os Membros não tomaram uma decisão formal para a suspensão das conversações. Em vez disso, o Presidente do Conselho Geral, Eirik Glenne, da Noruega, simplesmente "tomou nota" das declarações de Pascal Lamy. Isso significa que será possível a retomada das negociações sem uma decisão formal específica, a qual teria dado poder de veto a cada Membro sobre a retomada das negociações.

Pascal Lamy repetiu seu último discurso e exortou os Membros, particularmente, os do G-6, a refletirem sobre as possíveis perdas caso as conversações realmente não tenham sucesso. Ele acredita que as propostas existentes fariam com que a Rodada Doha fosse, pelo menos, duas ou três vezes mais significativa, do ponto de vista comercial, do que as rodadas anteriores.

Durante o encontro, várias delegações, intervieram para criticar o colapso e conclamar os Membros a uma rápida retomada das negociações, embora muitos tenham reconhecido que a "pausa" fora apropriada em virtude das circunstâncias. Diversos Membros fizeram questão de indicar o capital de negociação, o qual é frequentemente escasso, que gastaram, na rodada, até o momento. Benin, em nome do Grupo Africano, declarou que os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) e os países em desenvolvimento (PEDs) seriam os mais atingidos. O Embaixador Toufiq Ali, de Bangladesh, afirmou, em nome do grupo dos PMDRs, que, embora muitos Membros possam suportar a suspensão infinita das conversações, esse não é o caso dos PMDRs. Os dois grupos exigiram a retomada das conversações, em setembro, após as férias de agosto da OMC.

Venezuela e Cuba pedem esclarecimentos sobre as conseqüências da suspensão

O Brasil exortou Pascal Lamy a manter consultas com os Membros e a elaborar relatórios regulares para o Conselho Geral sobre eventuais avanços. O Embaixador do Brasil, Clodoaldo Huguene, declarou que o G-20 se encontra em estado de prontidão, para reiniciar as negociações a qualquer momento. Nesse sentido, o grupo já marcou uma reunião de alto-nível para os dias 9 e 10 de setembro próximo.

Fontes declararam que as delegações começaram uma pequena troca de acusações, em vez de ressaltar a necessidade de todos os países demonstrarem

flexibilidade para prosseguir com as negociações. Um grupo de países, majoritariamente latino-americanos, solicitou, especificamente, que os países desenvolvidos reconsiderassem a extensão das diversas flexibilidades exigidas para isenção de produtos industriais e agrícolas dos cortes tarifários.

Líderes políticos demandam a retomada das conversações

Em uma carta aberta aos Ministros de Comércio, publicada no periódico International Herald Tribune, em 27 de julho, Pascal Lamy advertiu que o recente fracasso "já havia dado início a dois fenômenos que ameaçam o sistema multilateral: de um lado, verifica-se uma mudança nas prioridades comerciais em direção a acordos regionais ou bilaterais, que todos concordam estar aquém de um acordo global tanto em termos de profundidade quanto de abrangência; e, de outro, há um aumento do número de ameaças de se buscar por meio do nosso extremamente eficiente sistema de solução de controvérsias o que não foi obtido nas negociações."

Os Ministros de Comércio e Chefes de Estado de diversos países têm exigido a retomada das conversações e, agora, discutem a forma pela qual isso pode ser alcançado.

Adaptação do artigo originalmente publicado em Bridges Weekly Trade News Digest, v. 10, n. 28, 2/ago/2006.

Força-Tarefa sobre Assistência ao Comércio apresenta relatório final

Durante a reunião do Conselho Geral nos dias 27 e 28 de julho, a Força-Tarefa sobre Assistência ao Comércio submeteu, à apreciação dos Membros da OMC, suas recomendações finais - o que foi realizado dentro do prazo estabelecido pela Declaração Ministerial de Hong Kong. Embora os Membros elogiassem as recomendações, eles ainda não as adotaram formalmente; e decidiram analisar o relatório do grupo apenas no próximo encontro do Conselho Geral, marcado para o mês de outubro.

A Força-Tarefa sobre Assistência ao Comércio foi criada, em fevereiro, com mandado para apresentar aos Membros recomendações sobre formas por meio das quais a Assistência ao Comércio (A4T, sigla em inglês) "possa contribuir mais efetivamente para a dimensão de desenvolvimento da Agenda de Desenvolvimento de Doha".

O relatório final, que tem nove páginas, afirma que a assistência ao comércio objetiva auxiliar os países em desenvolvimento (PEDs) a aumentarem suas exportações de bens e serviços, integrarem-se ao sistema multilateral de comércio e obterem benefícios advindos da liberalização do comércio e da ampliação do acesso a mercados. Nesse sentido, visaria, por exemplo, a aumentar as perspectivas de crescimento, reduzir a pobreza e "distribuir os benefícios globais de forma mais equitativa entre os PEDs e em seu interior".

Fontes descreveram como positiva a acolhida que o relatório recebeu no encontro. Os delegados elogiaram a Presidente do Comitê, Embaixadora Mia Horn af Rantzien, da Suécia, por encontrar um ponto de equilíbrio entre as opiniões divergentes no grupo; e agradeceram tanto a ela como à Vice-Diretora Geral da OMC, Valentine Rugwabiza, por seu trabalho. Um PED ressaltou que todas as preocupações as quais havia expressado nos comentários sobre as minutas anteriores do texto haviam sido "satisfatoriamente acomodadas" na versão final.

Equilíbrio alcançado

As recomendações ressaltam a necessidade de um financiamento efetivo, adicional e previsível. Em particular, a versão final do texto equilibra os interesses dos países potencialmente recipientes com os dos doadores, tais como os Estados Unidos da América (EUA), por meio da ênfase na importância da mensuração dos recursos adicionais e da adequação dos meios de financiamento disponíveis para suprir as necessidades de Assistência ao Comércio. Neste aspecto, o relatório também indica a relevância da avaliação "daquilo que já é feito".

A Força-Tarefa mostrou-se intransigente quanto ao imperativo de a Assistência ao Comércio ser definida de uma forma que "fosse, ao mesmo tempo, suficientemente ampla, para refletir as diversas necessidades relativas ao comércio identificadas pelos países, e clara, o bastante para estabelecer um limite entre Assistência ao Comércio e outras formas de assistência para o desenvolvimento das quais ela faz parte".

O relatório enfatiza a necessidade de incorporar as questões relacionadas ao comércio às estratégias de desenvolvimento nacional. Ele identifica uma série de desafios envolvidos com essa tarefa, tais como: ausência de envolvimento do setor privado na definição das necessidades de comércio; capacidade limitada de absorção dos países recipientes; monitoramento ineficaz; e existência de processos morosos, duplicados e burocráticos, durante a avaliação e a distribuição de assistência relacionada ao comércio.

A Força-Tarefa sugere que "as abordagens dos Membros que contam com apoio e estrutura internos e as realizadas com outras entidades, bem como a total incorporação do comércio nas suas estratégias de desenvolvimento, são essenciais." Enfatiza, ainda, a responsabilidade mútua, o alinhamento de estratégias nacionais de desenvolvimento, a coordenação eficiente de doadores, a harmonização dos procedimentos dos doadores e a transparência.

A questão da oferta é central para Assistência ao Comércio

A Força-Tarefa para Assistência ao Comércio deixou claro que a construção de capacidade produtiva e de infra-estrutura associadas ao comércio, nos PEDs, deverá consumir a maior parte de seus esforços. Isso será realizado, em conjunto, com a assistência voltada para o auxílio prestado aos países durante as negociações e na implementação de acordos comerciais.

O relatório enfatizou a necessidade de os doadores reforçarem sua especialização na área de comércio internacional; e centrarem mais seus programas de assistência na área de comércio. Dentre outros pontos, o relatório recomendou aos doadores que: integrassem questões de comércio e crescimento mais efetivamente; utilizassem processos para avaliação de necessidades; e tornassem fundos de destinação específica disponíveis para construção de infra-estrutura e eliminação de restrições à oferta. A Força-Tarefa também solicitou que os doadores passassem a destinar fundos de assistência ao comércio em âmbito multilateral.

Compatibilização entre oferta e demanda

As recomendações fazem referência à implementação de Assistência ao Comércio nos níveis nacional, regional e local. Elas enfatizam a necessidade de coordenação nacional e sugerem que um "Comitê para Assistência Nacional ao Comércio" poderia ser criado para coordenar as seguintes atividades: assistência ao desenvolvimento; coleta e análise de dados; e cooperação entre agências, doadores, bancos regionais e governos.

No plano regional, a Força-Tarefa recomenda o fortalecimento dos processos de identificação tanto de necessidades fronteiriças e regionais como dos doadores e agências responsáveis por eles. O grupo solicita que os países considerem a possibilidade de se estabelecer um "Comitê Regional para Assistência ao Comércio", visto que a infra-estrutura fronteiriça e as políticas de cooperação regional são necessárias para se comerciar efetivamente. Nesse sentido, o relatório

indica a reunião do Comitê Conjunto de Desenvolvimento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) que será realizada, em setembro, em Cingapura, para tratar do apoio às necessidades regionais, sub-regionais e fronteiriças.

A Força-Tarefa declarou que algumas atividades são mais bem conduzidas no plano global, tais como: a coleta de dados; a criação e o compartilhamento de conhecimento; a distribuição dos recursos de doadores; e o conseguir suprir necessidades que não têm financiamento com os recursos disponíveis.

Monitoramento

O grupo recomendou a criação de um organismo de monitoramento, no âmbito da OMC, para conduzir uma revisão global da Assistência ao Comércio, com base em relatórios de todos os participantes, incluídos os dos recipientes, da comunidade doadora, do setor privado e das agências regionais e multilaterais. Ele também recomendou que os mecanismos para facilitação da apresentação de relatórios fossem incrementados, dentre os quais, processos de notificação para os Membros da OMC.

Por fim, a Força-Tarefa estabelece várias etapas de procedimentos de trabalho associados à Assistência ao Comércio; e solicita que os Membros "implementem rapidamente" suas recomendações. Ela também pede ao Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, que faça referência ao seu relatório, durante as consultas que for realizar com os Membros, com o objetivo de assegurar "recursos adicionais para Assistência ao Comércio". O grupo instou Pascal Lamy a criar um "grupo consultivo ad hoc" para acompanhar suas recomendações.

Organizações da sociedade civil advertiram que alguns doadores poderiam tentar condicionar a Assistência ao Comércio a outras concessões e utilizar o mecanismo para substituir outras formas de assistência. Uma ONG declarou que, se os Membros da OMC podem "surgir com algo novo neste estágio, então, isso é positivo".

A Força-Tarefa para Assistência ao Comércio é composta de 13 membros: Barbados; Brasil; Canadá; CE; China; Colômbia; EUA; Índia; Japão; Tailândia; Grupo de Países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP); Grupo Africano; e Grupo dos PMDRs.

As recomendações apresentadas são fruto da evolução ocorrida ao longo das reuniões da Força-Tarefa e durante consultas informais com outros Membros da OMC, organizações internacionais e demais participantes.

Adaptação do artigo originalmente publicado em Bridges Weekly Trade News Digest, v. 10, n. 28, 2/ago/2006.

NOTÍCIAS REGIONAIS

CEPAL divulga relatório sobre economia da América Latina e do Caribe

A Comissão Econômica da ONU para a América Latina e o Caribe (CEPAL) divulgou o Estudo Econômico da América Latina e Caribe 2005-2006. O relatório apresenta números positivos sobre a economia da região e prevê a manutenção do cenário otimista para os próximos anos.

A boa performance econômica da região reflete-se nos números apresentados ao longo do relatório. De acordo com os dados apresentados, a região da América Latina e do Caribe cresceu 4,5%, em 2005 - percentual superior aos 3,5% da economia mundial, no mesmo ano. Trata-se do quarto ano consecutivo de crescimento econômico. Com efeito, as estatísticas da CEPAL apontam para uma expansão da atividade econômica em diversos setores - como mineração, transportes e telecomunicações. A tendência deve se manter, pois são previstas taxas de crescimento expressivas para 2006 (5%) e 2007 (4,3%).

Além disso, o ano de 2005 registrou um aumento de 0,5% no nível de emprego, o que elevou o percentual de ocupação da população economicamente ativa para 53,6% e fez a taxa de desemprego cair para 9,1%. Por fim, os investimentos diretos estrangeiros em países da região cresceram 9,7%, em relação a 2004, e atingiram, em 2005, US\$ 47,8 bilhões - o que equivale a 2% do PIB regional.

Apesar dos bons números, no entanto, é de se destacar a queda na taxa de crescimento, em relação a 2004 - quando os países da região cresceram 5,9%. Além disso, verificou-se menor crescimento dos países da América Latina e Caribe em relação à média geral dos países em desenvolvimento, que cresceram 6,2%, em 2005.

No que se refere aos possíveis fatores para o bom desempenho da economia da região, além do cenário externo favorável caracterizado pelo aumento de liquidez nos mercados internacionais, o relatório indica os seguintes pontos: (i) aumento substancial das exportações; (ii) aumento dos preços dos produtos exportados; e (iii) redução da volatilidade externa e fiscal dos países da região.

Em relação ao primeiro fator, o estudo da CEPAL evidencia que as exportações da região cresceram cerca de 20%, em relação a 2004 - o que representa um superávit primário de US\$ 80,6 bilhões. Este aumento se deveu, principalmente, ao aumento das exportações para países de fora da região, pois as regionais diminuíram, em relação a 2004. Nesse sentido, a Comunidade Andina exportou, em 2005, US\$ 28,4 bilhões a mais que em 2004. Deste total, apenas 9,6% foram direcionadas para os países da região - em 2004, haviam alcançado os 10,5%. O fenômeno repete-se com relação ao Mercosul, pois, embora suas exportações totais tenham crescido 19,7%, em relação a 2004, as regionais foram pouco mais do que a metade daqueles de 1998. A única exceção, em termos de blocos regionais, é o Mercado Comum Centro Americano, cujas exportações regionais representaram 28,7% do total exportado, em 2005 - o maior percentual até hoje alcançado.

Quanto ao segundo fator, o relatório da CEPAL indica que, dos 20% de incremento nas exportações dos países latino-americanos e caribenhos, em 2005, 11,7% podem ser atribuídos ao aumento dos preços dos produtos exportados. Em números, isso representou um aumento de US\$ 28,993 bilhões no superávit comercial da região.

No tocante ao terceiro fator, o relatório considera a redução da volatilidade externa e fiscal dos países da América Latina e Caribe como decorrente da melhoria nas contas correntes dos países da região e do saneamento das contas públicas. Assim, ao se compararem os dados de 2004 e 2005, percebe-se um aumento do superávit primário da região, que passou de 0,6% para 1,4% do PIB. Verifica-se também uma redução do déficit da balança corrente (a qual inclui os valores gastos com os juros da dívida pública), que passa a corresponder a 1,2% do PIB, em 2005, face ao 1,9% registrado no ano anterior. Por fim, foi observada uma diminuição da proporção entre dívida pública e PIB, que, em 2005, ficou em 48,6%, face aos 55,9% de 2004.

O estudo da CEPAL projeta, para o segundo semestre de 2006, um cenário de desaceleração da economia mundial, resultante do crescente déficit em conta corrente da balança de pagamentos dos Estados Unidos da América (EUA) e do aumento do preço do petróleo. Esses fatores poderiam levar ao aumento dos juros estadunidenses e à redução da demanda interna deste país. Apesar deste cenário, a CEPAL considera que o crescimento econômico apresentado pelos países da América Latina e do Caribe é sustentável e, nesse sentido, afirma que os países da região desenvolveram, ao longo dos últimos anos, as condições necessárias para se manterem imunes a uma possível recessão mundial.

Reportagem da Equipe Pontes

O relatório da CEPAL encontra-se disponível, gratuitamente, em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/26135/P26135.xml&xsl=/de/tpl/p9f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>.

BREVES MULTILATERAIS

Comunidades Européias oferecem acordo à América Latina para evitar conflito no caso das bananas

No último dia 21 de julho, vários Ministros de Comércio dos países exportadores de banana da América Latina comunicaram que a Comissão Européia lhes havia feito chegar uma nova proposta para dirimir a disputa sobre o regime europeu de importação de banana.

Apesar de os detalhes da proposta não terem sido tornados públicos, o Ministro de Agricultura e Pecuária do Equador, Pablo Rizzo, adiantou, à imprensa, que a proposta consistia na busca, por parte da Comissão Européia, da obtenção de um acordo para dar fim à demanda iniciada, no âmbito da OMC, em face das Comunidades Européias (CE), pelos países latino-americanos fornecedores de bananas que são parte do Comitê de vigilância da evolução do comércio internacional de banana (Colômbia, Costa Rica, Equador e Guatemala) - criado durante a Conferência Ministerial de Hong Kong. Desta maneira, a Comissão Européia tenta evitar, mais uma vez, ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Aqueles países contestam a imposição unilateral, pelas CE, de tarifas alfandegárias sobre as importações de banana de €176 por tonelada. Tais países ainda reclamam do tratamento preferencial concedido pelas CE às exportações do Grupo de Países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP) - que compreende um contingente anual de 775 mil toneladas isentas de tarifas alfandegárias.

Pablo Rizzo declarou que, em termos gerais, a nova proposta da Comissão estabelece a redução paulatina ou imediata das alíquotas de importação de banana e a eliminação das preferências alfandegárias concedidas aos países do ACP. Acrescentou, no entanto, que seu país ainda não havia descartado a possibilidade de solicitar o estabelecimento de um Painel: "caso isso nos convenha [a nova proposta], aceitá-la-emos; se não nos convier, não a aceitaremos e optaremos diretamente pela ação de arbitragem." Posição similar foi manifestada pelo Ministro de Comércio da Costa Rica, Marco Vinicio Ruiz, o qual afirmou que seu país prefere que a redução da alíquota européia seja

"gradual" à imediata. Por sua vez, Honduras, Nicarágua e Panamá, que haviam decidido não fazer parte do referido Comitê, têm declarado que consideram a possibilidade de solicitar o estabelecimento de um novo Painel, na OMC, para solucionar o conflito.

Artigo publicado originalmente em Puentes Quincenal, v. III, n. 15, 2/ago/2006.

Relatório da OMC sobre comércio internacional discute a questão dos subsídios

No mês de julho, a Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou o World Trade Report 2006, relatório que analisa o comércio internacional e outros temas de importância em seu cenário. Além de trazer um panorama geral do comércio internacional, o documento focou a questão dos subsídios, de cuja utilização, nos últimos anos, traçou um panorama geral, evidenciando as razões que levam os governos a adotá-los.

Na primeira parte, o relatório analisa a situação do comércio internacional em 2005. Nesse sentido, o principal destaque refere-se ao incremento das exportações de bens e serviços, que alcançaram US\$ 10 trilhões e US\$ 2,4 trilhões, respectivamente. Isso representa um aumento de 13% nas exportações de bens e de 11% nas, de serviços.

Na segunda parte, por sua vez, não obstante a dificuldade de obtenção de estatísticas confiáveis e completas sobre o uso de subsídios, o relatório consegue demonstrar que os subsídios são utilizados, majoritariamente, pelos países desenvolvidos. Com efeito, dos US\$ 300 bilhões gastos em subsídios, em 2003, US\$ 250 bilhões foram gastos por 21 países desenvolvidos.

Além disso, o relatório indica 5 razões principais que levam os governos a concederem subsídios: (i) corrigir falhas de mercado (especialmente assimetrias de informação) por meio do desenvolvimento industrial; (ii) estimular pesquisa e desenvolvimento no setor tecnológico; (iii) assegurar uma participação nacional em indústrias de ponta caracterizadas por economias de escala; (iv) proteger o meio ambiente; e (v) promover outros valores não comerciais, como a diversidade cultural e a segurança nacional.

Por fim, o relatório analisa a utilização de subsídios nos setores de agricultura, indústria e serviços. De acordo com os dados apresentados, houve uma diminuição

dos valores gastos em medidas de apoio doméstico ao setor agrícola, que passaram de US\$ 115 bilhões, em 1995, para US\$ 60 bilhões, em 2001. No que se refere ao setor industrial, verifica-se que a proporção entre os valores gastos com subsídios e o Produto Interno Bruto (PIB) dos países analisados é de 0,2%. As principais indústrias beneficiadas pelos subsídios seriam as seguintes: mineração, aço, pesca, naval e automotiva. Por fim, no tocante ao setor de serviços, o relatório aponta a preocupação com a garantia ao acesso universal como principal razão para a concessão de subsídios - especialmente em telecomunicações e transporte.

Reportagem da Equipe Pontes

O conteúdo do relatório pode ser acessado, gratuitamente, em: http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/world_trade_report06_e.pdf

BREVES REGIONAIS

EUA anunciam revisão do seu SGP

Os Estados Unidos da América (EUA) decidiram, no último dia 7 de agosto, rever os critérios do seu Sistema Geral de Preferências (SGP). Os EUA devem "limitar, suspender ou retirar" as concessões oferecidas pelo SGP, que beneficia, atualmente 133 países em desenvolvimento (PEDs) e facilita a exportação de 3,4 mil produtos para o seu mercado. Fontes relatam que a modificação seria uma maneira de pressionar Argentina e Brasil a aceitarem a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

O SGP estadunidense, que foi criado, em 1974, tem por objetivo beneficiar o desenvolvimento dos países mais atrasados economicamente. Nesse sentido, 20% das exportações brasileiras para o mercado estadunidense gozam de preferências tarifárias. Com a revisão do seu programa, os EUA poderão excluir do SGP países que (i) representem mais de 0,25% das exportações mundiais de determinados produtos ou (ii) sejam classificados como economias de renda média, como, por exemplo, África do Sul, Argentina, Brasil, Croácia, Filipinas, Índia, Indonésia, Rússia, Turquia e Venezuela.

Susan Schwab, Representante para o Comércio dos EUA, afirmou que a revisão anunciada, a primeira em vinte anos, "ajudará a assegurar que administramos o programa de acordo com o estabelecido." Ela também declarou acreditar que o programa sirva como uma ponte importante para os PEDs e facilite o processo de transição de preferências unilaterais para uma

associação econômica. Nesse sentido, como tanto os EUA quanto os países participantes se beneficiam do comércio ampliado sob o sistema de preferências, faz-se importante sua reedição, quando expirar, no final deste ano.

Durante o processo de avaliação do SGP, que se inicia com comentários de empresas, do governo e de parlamentares em relação à manutenção das preferências, três critérios principais serão avaliados: (i) o nível de desenvolvimento do país; (ii) o aumento de suas exportações; e (iii) sua competitividade no mercado estadunidense.

O Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil, Luiz Fernando Furlan, criticou a possível exclusão do país da lista de beneficiários do SGP estadunidense e afirmou que uma tal medida unilateral, por parte dos EUA, trará prejuízos para ambos os países. De acordo com o Ministro, "medidas unilaterais vão prejudicar as empresas que atuam nos dois países e criar um clima não favorável à evolução das relações bilaterais." Luiz Fernando Furlan declarou também que o Brasil se defenderá das ameaças de exclusão do país enquanto beneficiário do SGP estadunidense.

Reportagem da Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Clarín.com. EE.UU. analiza oficialmente tomar represalias contra productos argentinos. 07/08/2006. Disponível em: <http://www.clarin.com/diario/2006/08/07/um/m-01248178.htm>.

Clarín.com. Exportaciones: amenazan anular preferencias. 30/07/2006. Disponível em: <http://www.clarin.com/diario/2006/07/30/elpais/p-10602.htm>.

O Estado de São Paulo. Brasil vai rebater pressões. 08/08/2006. Disponível em: <http://www.estado.com.br/editorias/2006/08/08/eco-1.93.4.20060808.34.1.xml>.

O Estado de São Paulo. EUA vão rever acordo tarifário que favorece país. 08/08/2006. Disponível em: <http://www.estado.com.br/editorias/2006/08/08/eco-1.93.4.20060808.36.1.xml?>

Avançam negociações entre Chile e Ásia

A Comissão de Agricultura do Senado do Chile ratificou, por unanimidade, no último dia 12 de julho, o Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica ente Brunei Darussalam, Chile, Nova Zelândia e Cingapura (P-4). Em paralelo, no dia 19 de julho, os legisladores da Câmara de Deputados do

Chile aprovaram, por 94 votos a favor, um contra e três abstenções, o texto do Acordo Comercial entre Chile e China.

O P-4 foi firmado, em 18 de julho de 2005. Além da liberalização de tarifas alfandegárias, o acordo compreende, dentre outras disposições, capítulos sobre investimentos, serviços e medidas sanitárias e fitossanitárias. Ademais, o P-4 incorpora tanto acordos complementares sobre matérias ambiental e trabalhista quanto uma "Cláusula de Adesão", a qual permite a filiação de outras economias do Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico ao acordo. Uma vez aprovado pela Comissão de Agricultura, o texto será remetido ao Senado para votação.

Diante da aprovação do acordo pelo Senado, Igor Garafulic, Diretor de Assuntos Econômicos Multilaterais da Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais (DIRECON), comentou: "trata-se, sem dúvida, de um tratado comercial de última geração, idealizado como uma associação estratégica para enfrentar um conjunto de desafios associados à globalização. Assim, no futuro, esta aliança deverá traduzir-se não somente em operações conjuntas em outros mercados, mas também em projetos vinculados a pesquisa e desenvolvimento, ciência e tecnologia, inovação e biotecnologia, bem como a todas as matérias prioritárias para o desenvolvimento de nosso país e que são parte dos principais temas do governo da Presidente Michelle Bachelet."

No que se refere à relação com a China, no último dia 19 de julho, a Câmara de Deputados do Congresso Nacional do Chile ratificou o Acordo Comercial com tal país. O próximo passo será a aprovação final, por parte do Senado, e a autorização da mandatária chilena. O Acordo poderá entrar em vigor, no início de 2007.

O referido acordo foi assinado, em novembro de 2005, e inclui capítulos sobre as seguintes matérias, dentre outras: acesso a mercados; defesa comercial; regras de origem; medidas sanitárias e fitossanitárias; barreiras ao comércio; solução de controvérsias; e cooperação. Além de tais capítulos, foram firmados um Memorando de Entendimento entre as autoridades trabalhistas e de seguridade social dos dois países e um Acordo de Cooperação Ambiental. Em 2004, a China foi o destino de 10,4% das exportações do Chile, o que tornou o país o terceiro sócio comercial do Chile.

Artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, v. III, n. 15, 2/ago/2006.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Agosto é mês de recesso na OMC, portanto, não haverá reuniões da organização neste mês.

ONU

14 a 25 de agosto de 2006

8ª Sessão do Comitê Ad Hoc sobre uma Convenção Internacional Abrangente e Integral relativa à Proteção e à Promoção dos Direitos e da Dignidade de Pessoas com Deficiência.

Local: Nova Iorque, EUA.

Informações:

<http://www.un.org/esa/socdev/enable/rights/ahc8.htm>.

Banco Mundial

14 a 25 de agosto de 2006

Curso sobre Metas do Milênio: redução da pobreza, saúde reprodutiva e reforma do setor de saúde.

Local: Bangkok, Tailândia.

Informações:

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:20851162~menuPK:34482~pagePK:2524753~piPK:51421526~theSitePK:4607,00.html>.

Fóruns Regionais

APEC

12 a 15 de agosto de 2006

3º Encontro do Conselho Consultivo Empresarial da APEC

Local: Cebu, Filipinas.

Informações:

<http://www.abaconline.org/v4/content.php?ContentID=2618>.

15 e 16 de agosto de 2006

23º Encontro do Grupo de Especialistas em Direito de Propriedade Intelectual

Local: Guadalajara, México.

Informações:

http://www.apec.org/apec/apec_groups/committees/committee_on_trade/intellectual_property.html.

Mercosul

Até o fechamento desta edição, não havia sido divulgado o calendário de reuniões para o mês de agosto.

Outros

16 a 28 de agosto de 2006

Lançamento da coletânea do ABCIINSTITUTE:

"Ensaio em Comércio Internacional 2"

16/08/2006: Belo Horizonte (MG) - FIEMG

(apresentação - 18:30)

18/08/2006: Guarujá (SP) - Hotel Casa Grande

(cocktail - 18:30)

21/08/2006: Rio de Janeiro (RJ) - FIRJAN

(apresentação - 08:30)

23/08/2006: Florianópolis (SC) - UFSC (apresentação - 10:00)

24/08/2006: Curitiba (PR) - Teatro Fernanda

Montenegro (apresentação - 09:00)

24/08/2006 São Paulo (SP) - FIESP (cocktail - 19:00)

25/08/2006: São Paulo (SP) - FIESP (apresentação - 09:00)

28/08/2006: Porto Alegre (RS) - FIERGS (apresentação - 18:00)

10 e 11 de agosto de 2006

Seminário Internacional sobre o Mercosul: a Perspectiva dos Governos Locais e da Sociedade Civil Organizado pela Secretaria Executiva do projeto Mercocidades.

Local: Santo André, Brasil.

Informações: mercocidades@santoandre.sp.gov.br.

20 a 26 de agosto de 2006

Semana Mundial da Água 2006

Local: Estocolmo, Suécia.

Informações: <http://www.worldwaterweek.org>.

12 de setembro a 28 de novembro de 2006

Curso sobre os EUA e a Política Internacional Contemporânea

Realizado pelo Memorial da América Latina.

Local: São Paulo, SP, Brasil.

Informações: (11) 3823-4780 ou cursos@memorial.sp.gov.br.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Cursos e congressos

Estão abertas as inscrições para a 9ª turma do MBA Internacional em Gestão Ambiental. O curso é promovido pela Proenco Brasil, em parceria com o Instituto Tecnológico Brasil-Alemanha, o Conselho Regional de Química da 4ª Região e o Laboratório Nacional de Computação Científica, ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. O curso será realizado na Cidade Universitária da USP, em São Paulo, e terá início a partir de 6 de outubro deste ano, com previsão de término em dezembro de 2007.

Mais informações: 0800 28 20 704,

proenco@proencobrasil.com.br ou

www.proencobrasil.com.br.

A Secretaria da Associação Latino-americana para o Desenvolvimento e Integração (ALADI) - em parceria com a Universidade de Barcelona e a Fundação Centro de Educação a Distância para o Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (CEDDET) - organiza um curso à distância sobre Instrumentos Jurídicos das Relações Econômicas Internacionais e a Integração Regional. O curso será ministrado em espanhol e terá duração de 10 semanas, com início previsto para 2 de outubro de 2006. Serão oferecidas 30 vagas. O prazo final para inscrições é 17 de setembro.

Para maiores informações, acesse:

<https://secure.querytek.com/surveys/html/fceddet.html?ne=MSZ811Reg0606> ou

<http://www.ceddet.org/docs/cursos/246/PresentacionDeTalle/Presentacion%20detalladaUB.pdf>.

Entre os dias 28 e 30 de agosto deste ano, ocorrerá, na Universidade Argentina da Empresa, em Buenos Aires, Argentina, a 7ª Feira e Congresso Latinoamericano de Biotecnologia (BIOLATINA 2006). Maiores informações sobre o evento podem ser obtidas em <http://www.foarbi.org.ar/biolatina2006/E/index.php>.

Divulgação de relatórios e documentos

A Organização Mundial do Comércio (OMC) já disponibilizou, em sua página eletrônica, 51.000 dos mais de 88.000 documentos oficiais produzidos no âmbito do GATT, conforme decisão que havia sido adotada pelo Conselho Geral em 15 de maio de 2006. Os documentos podem ser acessados em http://www.wto.org/english/docs_e/gattdocs_e.htm.

O Banco Mundial divulgou relatório intitulado Infraestrutura na América Latina e Caribe: desenvolvimentos recentes e desafios-chave. Segundo o relatório, a infra-estrutura da região melhorou, ao longo da última década, mas a queda dos investimentos no setor prejudicou o crescimento econômico. Maiores informações sobre o relatório podem ser obtidas em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/LACEXT/0,,contentMDK:20631899~pagePK:146736~piPK:146830~theSitePK:258554,00.html>.

O Banco Mundial divulgou ainda, por meio da Corporação Financeira Internacional, o relatório Doing Business in Brazil. O relatório enfatiza a importância crescente das cidades e dos Estados no mundo globalizado e está disponível em <http://www.doingbusiness.org/Main/Brazil.aspx>.

A Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês) disponibiliza, em sua página eletrônica, dados relativos a políticas e medidas referentes à mudança climática adotada por cada um de seus 26 países membros desde 1999. A base de dados pode ser acessada gratuitamente em <http://climate.iea.org>.

Oportunidades de emprego

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) abriu inscrições para o Processo de Recrutamento e Avaliação de Candidatos ao Cargo de Chefe Geral da Embrapa Meio Ambiente, sediada em Jaguariúna, São Paulo. O prazo das inscrições vai até 21 de agosto. O cargo é de comissão - ou seja, de livre designação e dispensa pelo Diretor Presidente de Embrapa - com duração de 2 anos, prorrogáveis uma única vez por igual período. Os candidatos devem fazer a inscrição diretamente na secretaria do Comitê Técnico Interno da Embrapa Meio Ambiente (Rodovia SP 340 - Campinas-Mogi Mirim, Km 127,5, Bairro Tanquinho Velho, Jaguariúna, SP), de segunda à sexta-feira, das 8 às 12 e das 14 às 17 horas, ou por via postal, desde que a correspondência, endereçada ao Presidente do Comitê Técnico Interno da Embrapa Meio Ambiente, seja postada via Sedex até 21 de agosto de 2006.

Informações adicionais podem ser obtidas pelos telefones (19) 3867-8732 ou 8733 ou no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.cnpma.embrapa.br/recrutamento.html>.

FIQUE DE OLHO!

Lançamento de coletânea: "Ensaio em Comércio Internacional 2" do ABCIINSTITUTE

Analistas Brasileiros para o Comércio Internacional - Brazilian International Trade Scholars, Inc. O ABCI Institute - Brazilian International Trade Scholars Inc., com sede em Washington DC, é uma entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é contribuir para a formação de um corpo de profissionais brasileiros de alto nível técnico em matérias de política comercial. Dentre outras atividades, o ABCI dedica-se à publicação anual de uma coletânea de artigos de seus membros, visando a criação de uma bibliografia nacional significativa na matéria.

A coletânea a ser lançada, "Ensaio em Comércio Internacional 2", destina-se a empresários, executivos e demais profissionais ligados ao comércio internacional, bem como a professores e estudantes envolvidos com o tema. Oferece uma visão analítica sobre temas atuais de grande importância, como a política comercial norte-americana, comércio e desenvolvimento, investimentos externos, arbitragem, barreiras fitossanitárias e bioterrorismo, extraterritorialidade, solução de controvérsias, serviços audiovisuais, entre outros.

Abaixo os eventos de lançamento da coletânea:
16/08/2006: Belo Horizonte (MG) - FIEMG
(apresentação - 18:30)

18/08/2006: Guarujá (SP) - Hotel Casa Grande (cocktail - 18:30)
 21/08/2006: Rio de Janeiro (RJ) - FIRJAN (apresentação - 08:30)
 23/08/2006: Florianópolis (SC) - UFSC (apresentação - 10:00)
 24/08/2006: Curitiba (PR) - Teatro Fernanda Montenegro (apresentação - 09:00)
 24/08/2006 São Paulo (SP) - FIESP (cocktail - 19:00)
 25/08/2006: São Paulo (SP) - FIESP (apresentação - 09:00)
 28/08/2006: Porto Alegre (RS) - FIERGS (apresentação - 18:00)

OMC

O Órgão de Apelação da OMC indicou, no dia 31 de julho, o sul-africano David Unterhalter, de 47 anos, como um de seus membros, em substituição ao sr. John Lockhart, que havia falecido em janeiro último. Maiores informações, consultar http://www.wto.org/english/news_e/pres06_e/pr448_e.htm.

Negociações comerciais

Representantes dos Ministérios de Comércio de Colômbia e Chile se reuniram, no dia 3 de agosto, para dar início ao processo de preparação para o lançamento oficial das negociações de um Acordo de Livre Comércio entre os dois países. O Acordo que será negociado deverá incluir temas como investimentos, serviços, soluções de controvérsias e compras governamentais.

O Comitê de Relações Exteriores do Senado dos EUA aprovou, no dia 1º de agosto, o tratado bilateral sobre investimentos assinado com o Uruguai. A votação a favor da aprovação do tratado foi unânime. Agora, o tratado segue para debate e votação no plenário do Senado estadunidense.

Consultas públicas

A organização da Exposição Mundial de 2008 (EXPO 2008) - que acontecerá, em Zaragoza, Espanha, e terá como tema A água para o desenvolvimento sustentável - convida todos a participarem de consulta virtual relativa ao Pavilhão das Iniciativas Cidadãs, administrado por Organizações Não Governamentais que atuem na área. Os interessados poderão exprimir suas opiniões, até dia 10 de setembro, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ecodes.org/expo2008>.

O governo federal realiza, nos meses de agosto e setembro, cinco consultas públicas para discutir o texto-base da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Fruto de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as consultas ocorrerão em Curitiba

(04 a 06/08), Cuiabá (22 a 24/08), Rio Branco (23 a 25/08), Belém (28 a 30/08) e Paulo Afonso (04 a 06/09). O texto-base da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, que foi elaborado durante o 1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, realizado em agosto de 2005, contém doze temas principais, dentre os quais se destacam a regulamentação fundiária, a garantia de acesso aos recursos naturais, a resolução de conflitos decorrentes da criação de unidades de conservação em territórios de povos tradicionais e a garantia de acesso a políticas públicas de inclusão social. O resultado da consulta será avaliado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instalada no último dia 2 de agosto. Tal comissão, atualmente presidida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, é composta por 15 entidades do governo federal e 15 instituições da sociedade civil. Sua principal atribuição consiste em acompanhar o desenvolvimento da Política Nacional que será submetida às consultas públicas.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

